

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Ana Luísa Costa e Silva

**Sobreviver e resistir:**

Os movimentos de mulheres e a justiça de transição na Bósnia  
Herzegovina

Orientadora: Renata de Figueiredo Summa

**Rio de Janeiro**

**2019.2**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Ana Luísa Costa e Silva

**Sobreviver e resistir:**

Os movimentos de mulheres e a justiça de transição na Bósnia  
Herzegovina

Artigo Científico apresentado ao Instituto de  
Relações Internacionais da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Renata de Figueiredo Summa

**Rio de Janeiro**

**2019.2**

## Agradecimentos

Por mais que na citação só apareça o meu nome, esse trabalho - e essa graduação, e essa vida - nunca seriam os mesmos sem o apoio e o carinho de tanta gente especial e é a elas que eu agradeço.

Aparentemente os "eu te amo" vão parecer repetitivos, mas sem afetividade nada seria possível.

Primeiramente aos meus pais e avó, Eliana, Alexandre e Maria da Penha. Aos meus padrinhos Celso e Lucilene. E também minha dinda de longe, Fabiana. Vocês que sonharam cada momento comigo, e fizeram do impossível possível para que essa jornada fosse mais tranquila. Amo vocês profundamente e não poderia ter mais orgulho de ter vocês como minha família.

Agradeço aos mais velhos amigos, que ao manter os laços me mantém conectada ao que eu sou. Mil vezes obrigada, Gabi. Seja no Brasil, no Canadá ou em qualquer outro lugar a gente ainda vai se esbarrar muito e sempre vai ter papo pra colocar em dia. Muito obrigada Marcela, Larissa, Julyana, Rayane, Lucca, Lizandra, Janela, Carol e Matheus, meus eternos amigos do Pio XI. O que as festinhas na Penha unem nada mais separa.

Agradeço aos amigos de Escola SESC. O amor pela educação só foi possível pelos laços construídos com vocês, que me dão força e fé de um futuro com mais afeto. Muito, mas muito obrigada, Elisa, Kaiane, Borja, Leticia, Adelid, Kaio, Amanda(s), Matheus, João, Gezer, Gabriel, Gal, Duda, Pedro Augusto, Henrique e tantos nomes desde 2013 até os recém conhecidos nas últimas Jovem ONU (foi em uma delas que nasceu meu amor pelo tema da pesquisa). Amo muito vocês. Muito obrigada por cada sorriso, cada abraço, cada reencontro ou simplesmente um montão de mensagem fofocando sobre qualquer coisa. O quentinho no peito que vocês me trazem é único.

Muito obrigada Guilherme - ou Guigo - meu irmãozão de alma, por me fazer acreditar que é possível seguir fazendo o que ama. Sua arte me fortalece.

Muito obrigada Flávia, meu pedaço tubaronense que é sempre meu ombro amigo. Você é uma das pessoas mais maravilhosas que eu conheço e que me enchem de orgulho todo dia.

Não poderia deixar de agradecer aos professores da ESEM, que sem eles nada seria possível. Obrigada Monica Corbucci e Alê, pelos encontros na vida que são repletos de carinho. Obrigada Monica Jansen, por cada palavra nessa última semana, elas vão ficar comigo para sempre, assim como a escola será sempre minha segunda casa.

Se 2019 foi um ano possível foi por todo o seu apoio, Ju. Muito obrigada por ser a melhor psicóloga do universo.

Aos meus companheiros desde 2016, também conhecidos como colegas de turma. Camilla, minha primeira amiga que do medo das chuvas do Rio de Janeiro se fez força. A Eduardo, meu companheiro de milhares de matérias e das aulas de francês. A Izabela, minha companheira de twitter e de comer pastel. A Louise, que mesmo longe está perto e se faz saudade constante. A Caroline e Mariana, que me fazem ter a certeza que o futuro pode ser brilhante porque há gente incrível como vocês. Muito obrigada Laura, Taisa, Dani, Mari Holst, Yasmin, Igor, Joana e Virginia. Ter vocês ao meu lado faz da minha vida muito mais leve e feliz.

A Ana Gabrielle, amiga de alma e de tão parecida parece irmã, que ouviu meus surtos, choros, mas principalmente risadas. Muito obrigada por ser minha parceirinha de festas, filmes meio duvidosos e mil pacotes de M&Ms

Agradeço também aquelas que muitas das vezes nunca nos encontramos presencialmente, mas que apoiaram e foram ouvidos de tantos áudios chorosos - outros raivosos - e que sempre me disseram que daria tudo certo. Muito obrigada, meninas do fandom de Crepúsculo. Ray, Izzy, Nat, Carol, Gabis, Lari, Luana, Pam, Bri e Cath. Conhecer vocês definitivamente me deu gás para continuar.

Aos amigos da ActionAid, que me deram a certeza de que trabalhar no terceiro setor pode ser lindo, mesmo nas segundas de manhã. Muito obrigada Renata, Milena, Julia, Joyce, Laís, Isa e Dani. Estaremos sempre juntos.

Agradeço a minha orientadora-anja, Renata Summa, que sempre me ouviu, teve paciência e me fez ter fé de que conseguiria não somente produzir uma pesquisa, mas uma pesquisa interessante. Nenhum agradecimento será o suficiente por todo o carinho que eu senti durante essa jornada de um ano e meio, Rê.

*Men alone cannot rebuild war-torn societies... As countries emerge from the rubble of war, women must be equal partners in rebuilding. Supporting women's participation in reconstruction means giving women access to the rooms where decisions are made (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 134)*

## **Resumo:**

O presente artigo busca analisar como que a justiça de transição pode ser operada em uma lógica fora da tradicional, dessa forma os conceitos tradicionais de justiça de transição serão postos à crítica, assim como será apresentada uma abordagem feminista de como os desdobramentos pós conflito devem ser levados de forma a considerarem o papel das mulheres como atores passíveis de realizarem transformações. Nesse sentido, haverá a criação de diversas organizações lideradas por mulheres, que vão trabalhar em diferentes frentes, como a da justiça socioeconômica e a da justiça como reconciliação, sendo reconhecidas tanto pelo seu sucesso, mas também passíveis a críticas.

**Palavras-chave:** Bósnia Herzegovina, justiça de transição, gênero, organizações não governamentais.

## Sumário

<b>Capítulo 1</b> .....	07
<b>1.1 Contextualizando: a Bósnia da guerra e da paz</b> .....	07
<b>1.2 Metodologia</b> .....	10
<b>1.3 A Justiça de Transição</b> .....	14
<b>1.4 A questão de Gênero</b> .....	17
<b>Capítulo 2: Reconstruindo</b> .....	23
<b>2.1. I want it, I got it – fortalecimento econômico das mulheres no Žene za Žene</b> .....	23
<b>2.2 Nem tudo é um mar de flores: a crítica ao microcrédito</b> .....	26
<b>2.3. A economia e a Justiça de Transição - a justiça socioeconômica</b> .....	31
<b>2.4. Considerações Finais</b> .....	34
<b>Capítulo 3: Home is where the heart is - Srcem do Mira/Through Heart to Peace</b> .....	35
<b>3.1 Sobre a Organização</b> .....	35
<b>3.2 A Reconciliação</b> .....	37
<b>3.3 Uma perspectiva de gênero sobre a reconciliação</b> .....	40
<b>1.4 O que é possível entender – ou conciliar - da experiência em Prijedor</b> .....	41
<b>Capítulo 4: Conclusão</b> .....	42
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	43

# Capítulo 1

## 1.1 Contextualizando: a Bósnia da guerra e da paz

A presente pesquisa visa entender os movimentos de mulheres pós-conflito na Bósnia quanto às suas diversas relações com a justiça de transição. É possível conceituar a justiça de transição como o movimento de construção de um novo cenário político e social após um conflito. Seguindo esse entendimento do termo, para compor a justiça de transição é necessária a participação da sociedade objetivando estabelecer a paz de forma mais permanente. Contudo, o que se mostra no processo de construção de uma justiça de transição é ausência de alguns grupos sociais, em especial as mulheres (POTTER; ABERNETHY, 2013). Nesse sentido, há a tentativa de compreensão do papel das mulheres nesse contexto de justiça de transição na Bósnia Herzegovina.

Para entender a existência de uma justiça de transição na Bósnia é necessário visualizar o contexto da guerra. Nesse caso, a Guerra da Bósnia durou de 1992 até 1995, havendo durante o conflito cerca de 100 mil mortos e mais de 2 milhões de refugiados, e que foi dada como terminada com a assinatura do Acordo de Dayton, criando então o Estado da Bósnia e Herzegovina. Ainda enquanto o conflito acontecia, foi reportada a existência de campos de concentração onde havia como forma de limpeza étnica e tortura o estupro, sendo assim a violência de gênero uma das marcas da guerra (ALLEN, 1996).

O jornalista David Rieff no seu livro “Slaughterhouse: Bosnia and the Failure of the West” de 1996, vai descrever a experiência de estar na guerra da Bósnia e em uma das passagens relata que:

The discovery of the rape camps near the town of Foca near Sarajevo in early 1993 seemed unthinkable. Then it turned out that the Serbs had used rape as a weapon of war all over Bosnia, a way of terrorizing the Muslim population into flight and thus fulfilling the Serb war aim of ethnic cleansing. Not only did the UN Protection Force commanders insist that it was not part of their mandate to help the women, but they categorically refused to investigate repeated allegations that certain UNPROFOR soldiers had had sex with some of the captive Bosnian Muslim women (RIEFF, 1996, p. 121).

Ou seja, a experiência das mulheres era desacreditada pelas forças que operaram durante o conflito e que liderarão as ações de peacebuilding e peacekeeping. Contudo, o foco da pesquisa não se dará às lógicas de gênero durante



a guerra, mas como ocorrerá no pós-conflito, que tem como marco o Acordo de Dayton.

O Acordo de Dayton, além de dar fim à guerra, estabeleceu também a volta segura dos refugiados e a presença de *peacekeepers*<sup>1</sup> para supervisionar a implementação dos acordos. Houve também a vinculação do estado bósnio aos acordos de Direitos Humanos até como forma de garantir a possibilidade de intervenção internacional caso houvesse novas violações. Outro elemento criado por Dayton foi a divisão da Bósnia Herzegovina em duas entidades supervisionadas por uma federação<sup>2</sup> e a manutenção do espaço político formal como um espaço dos homens (BERRY, 2018).

As mulheres que se envolveram demais em política ou atividades relacionadas à guerra e, portanto, presumivelmente negligenciaram seus deveres como mães, esposas e guardas do lar, foram especialmente criticadas. De fato, era o papel das mulheres em criar filhos e influenciar os maridos que era considerado mais importante<sup>3</sup> (HELMS, 2010).

Em uma análise sobre essa via que nem sempre é de mão dupla entre mulheres e instituições legais que tomam cabo da justiça de transição

Women's civil society organizations have contributed to UNSCR 1325 implementation through a number of official and informal training courses, consultations and networking with governmental institutions, although much of this has not been fully acknowledged, especially by internationals. International representatives from the UN agencies and offices tend to see gender inequality as a less important issue in BiH than "bigger problems", or as an issue that could be solved by solving economic inequality, human security issues stemming from political

---

<sup>1</sup> Peacekeeper: são soldados de uma organização internacional (geralmente a ONU) que atuam no peacekeeping, que, nos moldes atuais, não é somente a garantia da paz e segurança, mas também facilitando processos políticos, proteção dos civis, assistência ao desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, apoiar a organização de eleições, proteger e promover os direitos humanos e assistir na restauração da vigência da lei e do direito. (ONU, 2018)

<sup>2</sup> A base constitucional central desse novo estado multiétnico é a divisão da Bósnia em duas entidades distintas: a Federação Croata-Muçulmana (Bósnia), criada pelo Acordo de Washington em 1994, ocupando 51% do território e a entidade sérvia, Republika Srpska, ocupando os 49% restantes. As responsabilidades das instituições do estado e da entidade foram descritas no artigo III da constituição da Bósnia. As instituições do estado da Bósnia deveriam ser responsáveis pela política externa, comércio exterior, alfândega, política monetária, comunicação entre entidades, aplicação da lei internacional e entre entidades e transporte. As entidades deveriam ser responsáveis por "todas as funções e poderes governamentais não expressamente designados nesta Constituição", por exemplo, aplicação da lei, educação e política social. As entidades também tinham o direito de estabelecer relações paralelas especiais com os estados vizinhos, consistentes com a soberania e a integridade territorial da Bósnia e Herzegovina (CHANDLER, 2000)

<sup>3</sup> A taxa de atividade do mercado de trabalho para mulheres na Bósnia e Herzegovina em 2016 foi de apenas 42% (Banco Mundial 2017, p.6) e o número de representantes femininas no parlamento da Bósnia e Herzegovina, apenas 21,4%. (STAVREVSKA, 2018)

instability, and reform of the police and judiciary. The Office of the High Representative (OHR) is the most glaring example of this lack of accountability and lacks a gender policy. In 2001 the gender policy advisor position was abolished and since then the OHR has only responded to gender issues on an ad hoc basis (ZVIZDIĆ & STANIĆ, 2013, p.67-68).

Pode ser entendido então que as mulheres foram excluídas do processo de negociação de Dayton, fazendo com que movimentos liderados por forças femininas, que já existiam mesmo durante a guerra, se mobilizem para trazer uma perspectiva de gênero às discussões da construção da paz e da justiça de transição e também por maior participação na política doméstica, visto que as suas percepções e demandas não eram levadas em conta (BERRY, 2018). Em outros termos, Dayton foi

successful insofar as it stopped the violence and offered a settlement for the warring parties. From a gender perspective, however, even though the agreement included an impressive annex of human rights mechanisms, the DPA failed to specifically include references to women's human rights and address the varied impact of conflict on men and women. It did not envision specific measures to tackle the gender dynamics embedded in the transition from war to peace (Lithander 2000). Finally, there were no specific measures provided in the agreement itself to ensure women's participation in the peace process. (DEIANA, 2018, p.7)

Isso também pode ser mostrado quando grupos bosniaks tentam retornar a Prijedor, cidade que faz parte da República Srpska, que passou a ter uma maioria bósnia-sérvia após a guerra.

At the time, many Serbs perceived Dayton's return policy and freedom of movement as nominal, while the new entity borders were seen as real: 'I don't care what the Dayton agreement says. It's just a piece of paper. The border is real', as a Serb separatist Obren put it (SIVAC-BRYANT, 2016, p. 71)

Nesse caso, o que vai marcar é a entrada de mulheres bósnias muçulmanas, que foram deslocadas durante a guerra, em Sanski Most, após sofrerem ataques na entrada de outra cidade, Prijedor. Essas mulheres muitas vezes foram vítimas de diversos tipos de violência durante a guerra, e o reestabelecimento em uma cidade e o acolhimento feito por organizações locais serão importantes fatores para a mobilização e fortalecimento das vozes dessas mulheres.

Um dos fatores que vai marcar a mobilização das mulheres no pós-conflito é justamente a do estupro enquanto tática de guerra, que pode ser discutido sob uma ótica feminista construtivista, em que a violência sexual seria uma forma de reforçar

perspectivas genderizadas, em que há masculinização dos perpetradores através do empoderamento de sua identidade ao passo que feminiza a vítima pela vitimização de sua identidade. Ou seja, o estupro nos períodos de conflito é uma forma de exaltação de uma identidade masculina ao passo que diminui e hierarquiza a identidade feminina (SKJELSBÆK, 2012). Essa questão do feminino como a vítima e a mulher como o momento de paz versus o homem violento e belicoso se estende nos discursos de *peacebuilding*<sup>4</sup>, em que Estados e organizações internacionais reproduzem essa visão tradicional, contribuindo para o silenciamento das mulheres. (O'REILLY, 2018). Dessa forma, as mulheres vão questionar exatamente essa passividade imposta a elas tanto durante o conflito quanto na configuração do Estado bósnio após 1995.

Outro ponto importante para a necessidade do fortalecimento do movimento de mulheres na Bósnia será a mudança demográfica pós-guerra, em que 90% dos mortos durante a guerra foram homens, fazendo então com que as mulheres passassem a desempenhar novos papéis tanto na família quanto na comunidade. Isso pôde ser visto simbolicamente com a perda da capacidade masculina, visto que muitos dos homens sobreviventes da guerra foram profundamente afetados pelo Estresse Pós-Traumático, recorrendo ao alcoolismo e depressão após os horrores vividos no combate (BERRY, 2018).

Tendo isso em vista, com a volta dos refugiados – que eram em sua grande maioria mulheres, idosos e crianças – e a disparidade de contingente populacional entre homens e mulheres, haverá o compartilhamento de experiências vividas por essas mulheres, que criarão organizações com o propósito de não somente pensar nas necessidades da mulher, mas inserido em um contexto mais amplo de direitos humanos e também como forma de criticar a política formal através das ONGs, repensando assim, a forma como a estrutura política foi organizada após Dayton. (BERRY, 2018).

## 1.2. Metodologia

---

4 Peacebuilding: é a variedade de medidas para garantir não só que não ocorra novos conflitos na região mas também garantir uma paz sustentável no local, através de transformações, criando espaços para novos atores participarem do processo decisório no pós-conflito, respeito à criação das instituições, garantir a segurança das populações, acesso à justiça, geração de empregos e suporte a meios de subsistência, entrega de serviços e prestação de contas efetiva. (UNPBF, 2012)

Quanto à metodologia escolhida para a presente pesquisa, ela será a análise do estudo de caso, que é um dos principais métodos de análise nas Ciências Sociais, especialmente ao fazer perguntas “como” e “por que”, que é o caso da presente pesquisa. Outra característica que fortalece o emprego dessa metodologia é o objeto da pesquisa ser um fato contemporâneo, que se insere na realidade, ou seja, não é meramente uma abstração ou construção puramente teórica. (YIN, 2001)

Nesse sentido, o estudo de caso:

permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores. (YIN, 2001, p. 21)

Contudo, há uma fragilidade na realização de um estudo de caso, pois muitos pesquisadores consideram que muito tempo é consumido na análise de um único caso e não fornece bases sólidas para uma generalização (FREITAS; JABBOUR, 2011). Ainda assim, os estudos de caso

têm várias aplicações. Assim, é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado. Além disso, parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas para determinar quais são importantes. (VENTURA, 2007, p.385)

Yin ainda afirma que "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas" (1989, p. 23), ou seja, como a história da guerra e as histórias vividas pelas mulheres no durante e principalmente no pós-conflito são reais e são múltiplas, escolher o estudo de caso não é recorrer à generalização, mas entender com profundidade aquilo que se quer observar, o no que seria então a organização de mulheres em relação às estruturas tradicionais de justiça de transição.

Levando essas críticas em consideração, haverá a análise de relatórios fornecidos com dados quantitativos, além de tentar mostrar o impacto das ações realizadas nos projetos escolhidos no país (no caso, a Bósnia-Herzegovina), fazendo assim uma generalização, mas tendo ciência das limitações encontradas. A

principal limitação é a quantidade de material existente sobre os projetos desenvolvidos no país, principalmente que não estejam escritos na língua local.

Inicialmente o projeto a ser utilizado no estudo seria o Project Diacom, realizado pelo Karuna Center for Peacebuilding, que foi um dos primeiros projetos de reconciliação a ser implementado no território bósnio e que foi liderado por mulheres bósnias, principalmente através da educação. Entretanto, de acordo com a própria coordenadora do antigo projeto, não há mais nenhum relatório ou documento disponível sobre o mesmo, visto que foi realizado entre o final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, ou seja, há quase duas décadas. Nesse sentido, houve a busca então por organizações não somente que trabalhem com mulheres, mas que fornecessem mais materiais para estudo, com relatos de participantes do projeto e dados sobre os impactos gerados, e assim apareceram a Women for Women e a Through Heart to Peace.

A escolha dessas duas organizações não foi somente pela quantidade de material disponível, mas também para destacar diferentes formas que organizações lideradas por mulheres podem agir no contexto de pós-conflito e que são formas distintas do modelo tradicional de justiça de transição empregado na Bósnia, tendo inclusive tamanhos organizacional diferentes. Enquanto a WfW se tornou uma organização internacional que atua em outros países marcados pela guerra nas últimas três décadas, a Through Heart to Peace manteve seu caráter de organização de base, ainda que tenha ligação com diversas organizações internacionais de forma a garantir recursos para implementar seus projetos. (SIVAC-BRYANT, 2016)

Dessa forma, com consciência dos benefícios e das dificuldades trazidas com o estudo de caso, o caso escolhido para análise é o da ONG Women for Women, que tem sua sede em Sarajevo e que tem projetos como Young Women in Leadership and Development, que fornece treinamento e orientação para jovens mulheres em liderança, advocacia, elaboração de projetos e captação de recursos para que possam conceber projetos de desenvolvimento comunitário e se tornarem líderes ativas nas organizações da sociedade civil local. Nesse sentido, a pesquisa visa entender qual foi o impacto gerado na ação dessas mulheres tanto na vida de suas comunidades quanto a relação com as medidas adotadas pelo Estado bósnio após Dayton.

A Women for Women (Žene za Žene International Association Sarajevo), criada por duas mulheres bósnias, vai ter como objetivo ajudar mulheres a terem

mais oportunidades de geração de renda e se engajarem politicamente. O que vai ser visto ao longo do desenvolvimento do projeto é a conexão das mulheres participantes do programa de se verem não através do viés étnico, mas de histórias e vivências compartilhadas, como a violência doméstica e as perdas trazidas pela guerra (OMANOVIC, 2003).

Já a *Through Heart to Peace*, organização que foi criada em Zagreb, Croácia, por um grupo de cinquenta mulheres vítimas de encarceramento e estupro, vai ter como objetivo de suas ações o acolhimento de mulheres refugiadas vindas da Guerra da Bósnia. A organização ficou conhecida após uma iniciativa que ocorreu no final da década de 1990 em Prijedor, em que um comboio de mulheres após ser agredido ao tentar entrar na cidade é acolhido em Sanski Most e a ação vai gerar visibilidade internacional e consequências para julgamentos de criminosos de guerra. (Idem)

Ela mantém o seu caráter de organização de base (*grassroot*) e atua no caso do retorno de refugiados à parte da Bósnia entendida como República Srpska, o que era até então visto como impossível<sup>5</sup>. Logo que as mulheres têm sucesso e conseguem se reestabelecer na cidade, a organização ganha força, e o apoio oferecido às mulheres vai servir de base até mesmo para testemunhos em julgamentos no Tribunal de Haia (SIVAC-BRYANT, 2016).

Para estabelecer um arcabouço teórico consistente haverá duas subdivisões ainda neste capítulo, de forma a garantir a construção de um entendimento comum do que é a Justiça de Transição (JT) e como a pauta de gênero se insere na JT.

Portanto, considerando a questão da guerra e da paz como um tema recorrente das Relações Internacionais e o fortalecimento das pautas das mulheres e dos refugiados nos últimos anos, entender as relações e ações dos movimentos de mulheres na Bósnia quanto à construção de um Estado pós-conflito se mostra relevante.

---

<sup>5</sup>A impossibilidade era devido às hostilidades dos soldados sérvios e da população em geral que permaneceu nessas cidades em relação a ida de qualquer pessoa, independente do gênero, mas que não fosse do mesmo grupo étnico - sérvio - para o território ocupado por eles, que no caso seria a região atual da República Srpska. Um ponto importante é que Prijedor será uma das cidades a ter campo de concentração e *mass graves*, onde os homens bosniaks eram enterrados após serem executados. Um dos exemplos trazidos ao longo do texto será justamente da tentativa de levar mulheres em ônibus para Sanski Most, mas elas são recebidas com pedras pela população local, forçando a organização do ato a recalcular a rota e a cidade em que essas mulheres ficariam abrigadas. (SIVAC-BRYANT, 2016)

### 1.3. A Justiça de Transição

De início, é necessário entender o que é compreendido como Justiça de Transição. Como dito anteriormente, de forma mais geral, ela pode ser entendida como o que é feito após o conflito, seja as condenações de criminosos de guerra, reconstrução do que foi destruído, a tentar garantir a correção do que foi feito de errado durante o período belicoso. (LAWTHER; MOFFETT, 2017), ou seja,

Transitional justice refers to the set of judicial and non-judicial measures that have been implemented by different countries in order to redress the legacies of massive human rights abuses. These measures include criminal prosecutions, truth commissions, reparations programs, and various kinds of institutional reforms (ICTJ, 2018).

Visando enfrentar legados de abuso deixados pela guerra, uma variedade de mecanismos de justiça de transição foi desenvolvida. Esses mecanismos se enquadram em duas grandes categorias - judicial e não judicial. A primeira centra-se em julgamentos civis ou criminais, tanto a nível local, nacional nível internacional, enquanto o segundo engloba atividades como comissões da verdade e de reconciliação, anistia, processos de lustração, reparação, reforma institucional, memorialização, reforma do setor de segurança, bem como desmobilização, desarmamento e reintegração (SIMIC; VOLCIC, 2013).

Importante lembrar que a Justiça de Transição não é utilizada somente em momentos pós-guerra, mas também em retorno para governos democráticos, como foi o caso de países da América Latina como Argentina e Guatemala. Contudo, em ambos os casos, vai haver contestação da eficácia das ações de justiça de transição tradicionais - que são feitas pelo Estado e pela Comunidade Internacional - pelos movimentos de base e organizações da sociedade civil. Seguindo essa lógica, a movimentação de grupos de base para atuarem nesses contextos é exatamente por haver falhas e falta de representatividade nos mecanismos tradicionais de justiça. (MCEVOY; MCGREGOR, 2008).

Mobilizando também Paul Van Zyl, vice-presidente do International Center for Transitional Justice “pode se definir a justiça transicional como o esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos” (2009, p.32) e que terá alguns elementos-chave, tais como:

**A Justiça:** para o autor, o estabelecimento de tribunais ad hoc na antiga Iugoslávia é uma forma de contribuir para o desenvolvimento progressivo do direito penal institucional e aponta que é uma forma de impulsionar o processo de reformas das instituições governamentais. No entanto, ele também destaca que “reconhecer a incapacidade estrutural dos sistemas da justiça penal para enfrentar as atrocidades em massa não deve ser interpretado como uma deslegitimação do papel do julgamento ou da pena no processo de encarregar-se dos crimes do passado” (Idem, p.34-35). Por fim, ele aponta que a justiça feita em um tribunal não deve ser a única forma de enfrentamento às violações aos direitos humanos, mas que outras estratégias devem ser utilizadas como complemento (Ibidem).

Outro fator que contribui para a transformação das instituições estatais é a **Busca da Verdade**. Nesse sentido, Van Zyl defende a criação de Comissões da Verdade, pois “O estabelecimento de uma verdade oficial sobre um passado brutal pode ajudar a sensibilizar as futuras gerações contra o revisionismo e dar poder aos cidadãos para que reconheçam e oponham resistência a um retorno às práticas abusivas” (Idem, p.35)

A **Reparação** também será essencial, no sentido de abranger não somente a ajuda material (pensões, bolsas de estudo, pagamentos compensatórios), mas também assistência psicológica e medidas simbólicas (construção de memoriais, monumentos e dias de comemoração nacionais). Lembrando que a reparação é um dever do Estado de acordo com o direito internacional. Uma questão que ele aponta é que a divisão de como essa reparação será feita deve ser muito bem pensada, pois definir quem é vítima e quem não é, se utilizará uma avaliação através dos dados socioeconômicos, ou seja, “Uma política de reparações justa e sustentável não deve gerar nem perpetuar divisões entre as várias categorias de vítimas. Ao mesmo tempo, deve ser factível e realista desde a perspectiva econômica” (Idem, p.36)

Um terceiro ponto que o autor irá considerar como importante será a implementação de Reformas Institucionais, no que

Os governos também devem considerar a possibilidade de adotar programas de depuração e saneamento administrativo visando assegurar que as pessoas responsáveis pelas violações dos direitos humanos sejam retiradas dos cargos públicos, além de evitar que voltem a empregadas em instituições governamentais. A remoção das pessoas que violaram os direitos humanos de cargos que implicam confiança e responsabilidade constitui uma parte importante do processo para



estabelecer ou restaurar a integridade das instituições estatais (Idem, p.37)

Por fim, a Reconciliação, que será o ponto mais abordado ao longo da presente pesquisa, na visão de Van Zyl

Nas sociedades que superam períodos de atrocidades em massa e conflito generalizado, são frequentes as profundas suspeitas, os ressentimentos e as inimizades. Quase sempre essas divisões continuam na etapa pós-conflito e geram o potencial para o retorno da violência e o ressurgimento das violações dos direitos humanos. Isso é particularmente verdade nos casos em que os conflitos assumem uma dimensão de identidade na qual categorias tais como religião, língua, raça ou etnicidade são utilizadas para semear a divisão e justificar as violações dos direitos humanos. Essas divisões não desaparecem magicamente sob uma nova ordem democrática nem sanam necessariamente com o passar do tempo. [...] Se a reconciliação deve ser aceita, não pode reduzir-se a ignorar o passado, negando o sofrimento das vítimas ou subordinando a exigência da prestação de contas e a reparação a uma noção artificial de unidade nacional (Idem, p. 38-39)

Outra forma de conceitualizar a reconciliação será trazida por Catherine Turner (2016), que na sua obra vai trazer a crítica a diversos pontos da Justiça de Transição, no que ela divide em uma perspectiva de gênero, justiça social, verdade, perdão e reconciliação. Quanto ao último termo, ela traz a etimologia da palavra reconciliação, que é a recriação de uma relação pré-existente, a restauração da unidade dentro de uma comunidade que foi dividida (2016). O que ela vai apontar então, de acordo com os autores críticos, é que a reconciliação não pode, através da lei principalmente, buscar uma verdade única e universal, demarcando um único grupo como vítima e outro como perpetrador da violência, ou seja,

Critical perspectives on reconciliation in transitional justice suggest that it is simply not possible to whitewash the past. It is not possible to ignore the existence of radically divergent versions of the conflict and the identities that they produce. If the outcome of transition is to be sustainable then it is necessary to leave a space for politics, where reconciliation is based on recognition of the 'other', not denial of the existence of difference (Idem, p. 43)

Dessa forma, para Turner a reconciliação deve ser tratada para o entendimento de que há diferenças, mas que isso não deve ser motivo para hierarquização ou exclusão do “outro”. Por fim, ela traz a crítica no geral do impulso linear da justiça de transição através dos conceitos de verdade, perdão e reconciliação. A busca pela verdade olha para o passado para estabelecer a verdade dos acontecimentos. O passo é entendido pelo ponto de vista privilegiado do presente, mas com a visão de estabelecer um futuro diferente, dessa forma, o

significado dos eventos é do no contexto começo, meio e fim gerais, em que injustiça e violência são substituídas ultimamente por paz e justiça. O ponto final desejado da transição é a reconciliação, que colore e diversifica a interpretação do passado e a forma que a história do conflito será contada. (Idem)

Já Joanna Quinn (2009) vai trazer em seu livro o debate geral sobre Reconciliação. Inicialmente será a conceitualização do que é de fato o termo reconciliação, no que os autores convidados concordarão em geral que a reconciliação é sobre construir relações de confiança e coesão, além da sua essência moral como boa. Entretanto, o que os autores dos capítulos convidados irão discordar é sobre a possibilidade de existência da reconciliação sob toda e qualquer circunstância (QUINN, 2009), o que dialoga com a visão crítica trazida por Turner, de que não é possível simplesmente ignorar o passado.

Nesse sentido, a reconciliação será então lidar com o passado no presente, de forma a construir um futuro mais pacífico para todos os envolvidos direta ou indiretamente na guerra. (Idem).

#### **1.4. A questão de gênero**

Trazendo uma ótica de gênero, as intervenções feministas no campo da justiça de transição têm procurado abordar a falta de reconhecimento histórica sobre a experiência das mulheres em conflitos armados e a concomitante falta de responsabilização pelas violações dos direitos humanos em tais contextos. Tal abordagem concentra-se em identificar e desafiar elementos da doutrina, políticas e práticas da Justiça de Transição que excluem ou prejudicam mulheres e membros de outros grupos excluídos. Subsequentemente dessas exclusões visíveis está o "vocabulário" da justiça de transição, que muitas vezes torna as mulheres invisíveis. Muitos princípios aparentemente neutros e regras da justiça de transição podem ser vistos como operando de maneira diferente em relação a mulheres e homens. Razões para a exclusão de mulheres e suas experiências em conflitos são tipicamente atribuídas a uma compreensão excessivamente estreita de "danos" que resultam do conflito, que se concentra em particular nas mortes, mas não, por exemplo, nas condições socioeconômicas em curso (NESIAH, 2009).

A ausência de uma dimensão de gênero também é geralmente atribuída a um foco excessivamente legalista nas mortes individuais resultantes do conflito, o

que por sua vez gera uma série de outras deficiências e ausências na prática da justiça de transição, como as consequências socioeconômicas do conflito que são ocorrem no nível familiar e local/comunitário. Além disso, a tomada de decisão em torno da justiça de transição normalmente prioriza o conflito "primário" (ou tradicional) e os principais protagonistas de conflitos, com a exclusão de outras agendas e atores (CHARLESWORTH, 1999).

O aumento da participação política das mulheres durante e após a guerra não resulta apenas de sua participação como combatentes; também pode emergir através de protestos públicos e resistência civil. Organizações como Four Mothers ampliaram esse legado e colocaram as mulheres na vanguarda das conversas sobre a construção de uma paz duradoura na região de Israel e Palestina. Os movimentos de paz promovidos pelas mulheres, particularmente muitos "movimentos de mães", também se baseiam em noções essencializadas sobre a natureza "mais pacífica" das mulheres para fazer suas reivindicações (BERRY, 2018). Ainda de acordo com Berry (2018), estudiosas feministas como Gayatri Chakravorty Spivak observaram que grupos subalternos ou oprimidos às vezes usam conscientemente "essencialismos estratégicos" para simplificar diferenças que podem suscitar problemas nas estruturas de poder existentes. Grupos que destacam a natureza pacífica e carinhosa das mulheres essencializam as mulheres; no entanto, esses "essencialismos" podem dar às mulheres a oportunidade de fazer reivindicações políticas com base em seu gênero (HELMS, 2013). Algumas estudiosas feministas, no entanto, alertam que enfatizar as diferenças entre as mulheres e os homens pode, em última análise, excluir as mulheres dos espaços políticos e impedir que elas obtenham poder sustentável (BERRY, 2018). Embora os movimentos das mães normalmente não tentem derrubar hierarquias patriarcais ou mesmo criticar o papel das mulheres na sociedade, eles estabelecem a maternidade como base de legitimidade e, assim, desafiam implicitamente as normas de gênero convencionais. Motivados pela tristeza pela perda ou recrutamento de seus filhos, os movimentos das mães tendem a inverter as noções tradicionais sobre o status passivo das mulheres como "portadoras da nação", agitando a justiça por crimes cometidos durante a guerra (Idem).

Pensando nas diversas formas de entendimento da relação entre gênero e justiça de transição, outra autora a ser mobilizada é Catherine O'Rourke (2017),

que diz que a violência cometida contra homens é diferente da cometida contra mulheres durante o conflito e, dessa forma, ao tratar de justiça de transição essa diferença tem que se apontada no que concerne a dar oportunidade às mulheres de terem suas narrativas e perspectivas ouvidas e levadas em consideração (O'ROURKE, 2017).

No geral, quando se estabelece a relação entre gênero e justiça de transição é para apontar a necessidade de tratar de temas como violência contra mulheres e meninas e que suas histórias sejam ouvidas na estruturação das normas sociais e jurídicas do pós-conflito, nesse sentido, a discordância da necessidade de uma abordagem de gênero na área de justiça de transição será pelo não-mencionamento ou apagamento dessa possibilidade (Idem). O foco então seria no fim do conflito e a tomada de medidas que evitem a eclosão de novos enfrentamentos armados, como pode ser visto no Relatório do Secretário-Geral do Conselho de Segurança da ONU de 2004 que, ao pensar no futuro das atividades nas sociedades pós-conflito, não traz soluções concretas que incluam as mulheres nos processos decisórios ao passo que determinam com muito mais detalhes a construção de júris e tribunais. Entretanto, não é que mulheres não tenham sofrido com o conflito, mas elas se encaixam junto com crianças, “minorias”, presos e refugiados no que é intitulado ao longo do relatório de mais afetados pelo conflito (ONU, 2004).

No que Turner tenta resumir a relação de gênero e justiça de transição por uma lente feminista – e de O'Rourke:

By using this concept of harm, feminist scholarship has highlighted the ways in which transitional justice has prioritized public violations of civil and political rights over those committed in the private sphere. It has also exposed the prioritization of accountability for violations of discrete and individual violations at the expense of questioning the deeper patterns of structural violence that underpin conflict and that often affect women disproportionately. This prioritization of public harms, it has been suggested, serves to 'neatly separate the harms in women's lives from the concerns (and obligations) of the state, and to consign women to an apolitical space'. The effect of this is not only to deny accountability for the effects of structural violence, but also to deny women agency in conflict. It also exposes the myth that there can be one unitary account of conflict. Exposing the ways in which women experience conflict exposes the multilayered nature of conflict and the many divergent accounts that compete for priority in the quest for 'truth' in the transitional phase. [...] Feminist scholarship has used the concept of the continuum of violence to highlight how violence against women that occurs during times of conflict cannot be neatly separated from that which occurs during 'peace' (TURNER, 2016, p.30)

Contudo, com o passar dos anos, tanto as Nações Unidas quanto outras instituições ocidentais vão cada vez mais considerar a abordagem de gênero como parte da garantia da efetividade de medidas de peacebuilding e, nesse sentido, a liberdade da mulher tanto em aspectos econômicos quanto sociais passa a compor um dos pontos a serem atingidos por essas sociedades pós-conflito na superação do status marcial. (O'ROURKE, 2017)

Outro autor que vai pensar na justiça de transição – com foco na Bósnia – será David Chandler, mas que terá como foco o processo de democratização e como esse processo vai decorrer de acordo com as intervenções internacionais. A questão de gênero então será um dos pontos abordados pela perspectiva de sociedade mais democrática, mas que, para Chandler:

The more rights and freedoms granted to the Bosnian people by their international administrators the less freedom they have to reach negotiated compromises over disputed issues, as every aspect of Bosnian society from media content to housing policy is imposed by external regulators. (CHANDLER, 2000, p.3)

Ou seja, a ação das mulheres deveria partir das mulheres bósnias, e não de uma imposição de normas internacionais para garantir que as políticas fossem pensadas não sob uma ótica das organizações internacionais, mas também que não fosse exclusiva dos homens bósnios (CHANDLER, 2000).

Já Maria O'Reilly (2018) vai conceituar o que ela chama de “gender justice” a partir do modelo de três partes da Nancy Fraser, em que haveria três dimensões necessárias para a garantia de uma justiça por e para mulheres. A primeira dimensão seria a de reconhecimento, que olha para como a justiça de transição em seus discursos e práticas trabalha para reconhecer ou excluir sujeitos e objetos da justiça. Nesse sentido, seria olhar para como as mulheres são estigmatizadas ou ignoradas durante os processos judiciais pós-conflito. Os mecanismos de Justiça de Transição podem reafirmar a dignidade e o status de igualdade na sociedade dos sobreviventes como cidadãos e asseguradores de direitos. A justiça de gênero mexe também com desigualdades estruturais desafiadoras, redistribuindo riqueza e recursos (p.66).

O segundo elemento, a redistribuição, vai pensar em como os recursos materiais serão distribuídos ou alocados e como as instituições e mecanismos da Justiça de Transição apontam desigualdades estruturais que afastam sobreviventes dos crimes de guerra de participarem como pares no reestabelecimento da sociedade pós-conflito, dessa forma, com a provisão de medidas de restituição, compensação,

reabilitação, satisfação e garantias de não-repetição, os programas de reparação tem o potencial de dismantelar as hierarquias de gênero e estruturas de violência experimentadas durante a guerra. (Idem, p.67)

O terceiro e último elemento, a representação, destaca a importância da garantia da participação e representação de mulheres nos processos de JT, de forma a garantir que suas experiências de vitimização e discriminação sejam ouvidas e endereçadas. Dessa forma, há um olhar em como as leis e procedimentos estabelecidos estão garantindo que mulheres são realmente incluídos nas instituições e mecanismos da justiça pós-guerra, ou seja, garante que as vozes das mulheres, suas experiências, interesses e preocupações sejam levados em conta na tomada de decisão nas políticas e programas de justiça, através de formas significativas de participação e representação. Com isso, a garantia de que os sobreviventes de violência de gênero e seus representantes estejam plenamente engajados e que se reafirmem como atores chave nos processos de justiça de transição. (Ibidem)

O'Reilly também aponta sobre o modelo:

Fraser's model enables us to conceive of the individual and collective struggles of activists to achieve gender justice in BiH as struggles firstly, for a form of justice that encompasses values such as dignity, respect, and social esteem; and secondly, against injustices such as social stigma, discrimination, and inequalities of power, resources, and social standing (O'Reilly, 2018, p.11)

A visão de O'Reilly no campo dos estudos de gênero é pós-estruturalista, ou seja, destaca a importância do discurso, da subjetividade, dos processos sociais e das instituições para entender as relações de poder e estratégias para gerar mudanças. Dessa forma, as mulheres não são apenas objetos de poder, mas também sujeitos, definindo, assim, que as mulheres têm uma “agência complexa e ambígua”, agindo tanto com resistência quanto acomodação

Isto posto, o debate no campo da justiça de transição no que concerne uma abordagem de gênero tende a concordar com a importância das mulheres para a efetividade das ações pós-conflito, mas ainda haverá quem considere como apenas um fator menor, sendo a criação de tribunais ou a intervenção direta das organizações internacionais o foco das ações nessas regiões. Entretanto, de forma a tornar a pesquisa coesa e que mostre a pluralidade das atividades desenvolvidas por

grupos de mulheres na Bósnia no contexto do pós-guerra, a abordagem da O'Reilly será a lógica a ser utilizada ao longo da presente pesquisa por apontar exatamente que os movimentos de mulheres não são iguais e por apresentar críticas ao modelo tradicional de Justiça de Transição.

Portanto, ao longo do capítulo foi possível observar que após o conflito na Bósnia Herzegovina diversas medidas foram tomadas para reestruturar a sociedade, no que foi debatido como Justiça de Transição, com a assinatura do Acordo de Dayton e a implementação de tribunais.

Todavia, a visão tradicional de justiça de transição e como ela foi aplicada no país estudado acabou por deixar de fora inicialmente as mulheres como atores tomadores de decisão, no que essas mulheres então passam a atuar através de organizações não-governamentais em projetos que abarcam diversos pontos da justiça de transição, como a reconciliação - promovendo encontros e fortalecimento de laços entre mulheres de grupos étnicos diferentes – e a redistribuição - alocando fundos de microcrédito para mulheres microempreendedoras – de forma a atuar na justiça de transição, mas fora do campo formal da política. Ou seja, nos próximos capítulos haverá o estudo de dois casos que exemplificam projetos e organizações de mulheres e para mulheres que, de forma distinta, mas mesmo assim relacionáveis, atuam em diferentes frentes, mas ainda no campo de Justiça de Transição.

## Capítulo 2: Reconstruindo

### 2.1. I want it, I got it – fortalecimento econômico das mulheres no Žene za Žene

Tendo em vista a multiplicidade de facetas que projetos e organizações de mulheres podem ter, a primeira a ser trazida para análise será a Women for Women (Žene za Žene). A organização foi criada em 1993 para oferecer suporte emocional para mulheres deslocadas de suas comunidades pela Guerra na Bósnia. O suporte para a reconstrução de suas vidas ocorre através de pequenos créditos baseado no modelo do Grameen Bank<sup>6</sup>. Desde sua criação, a WfW<sup>7</sup> já ajudou mais de 62 mil mulheres na Bósnia em mais de 50 comunidades com as mais diversas etnias, visando a melhoria da qualidade de vida de todas as mulheres da Bósnia, e não somente as que se identificam com um ou outro grupo étnico (KUZCERA, 2004). Além disso, a mulher passa a ser vista então como provedora primária da casa, assumindo então um papel além do doméstico e entrando no mundo do trabalho. Isso é importante ressaltar pois muitas organizações criadas por mulheres após a Guerra não tinham uma visão progressista, mas de retornar a tradicionalismos e evocava nacionalismos (HELMS, 2013).

A WfW então opera em passos: primeiro os assistentes de empréstimo vão à comunidade e fazem uma apresentação, explicando às mulheres da comunidade sobre a organização e como funcionam os empréstimos. Depois, as mulheres são chamadas para criarem “solidarity groups”, compostos de 3 a 5 pessoas para garantir o investimento. Cada um desses grupos então se candidata aos empréstimos, expondo a ideia de seu negócio e sugerem quanto vão precisar para colocar o micro-empresendimento para funcionar. No ano de 2004 elas recebiam inicialmente U\$660 (seiscentos e sessenta dólares americanos) que eram pagos em um período de seis a dez meses, sendo que elas podem pedir até U\$1900 (mil e

---

<sup>6</sup> O Grameen Bank (banco da comunidade, na língua bengali) foi criado em 1993 em Bangladesh. Ele foi pensado para dar empréstimo às pessoas mais pobres, que deveriam pedir o apoio em grupos de cinco. Os membros do grupo então fornecem apoio e consultorias mútuas, fortalecendo a visão comunitária. Se um membro não cumpre com os pagamentos, todo o grupo tem o seu crédito comprometido. A ação é feita com contato direto com a comunidade, com os funcionários do banco indo para o território, e não a população indo ao banco pedir o empréstimo. O modelo do Grameen Bank já foi reuplicado em mais de 40 países. (YUNUS, 1999)

<sup>7</sup> Sigla de Women for Women ou Žene za Žene



novecentos dólares americanos) em um ciclo. Ainda de acordo com Kuczera (2004), 67% dos empréstimos eram destinados a iniciativas agrárias, ainda que houvesse também empréstimos para criação de padarias, *lanhouses* ou *cybercafés*, salões de beleza e outros pequenos comércios.

Mas a organização não para no envio de dinheiro para essas novas empreendedoras, até porque o grande enfoque da organização é dar suporte para as mulheres, não somente suporte econômico. Durante minicursos as mulheres com os seus grupos têm a chance de fazer trocas de experiências que vão para além do profissional. O que Kuczera aponta é a mistura dentro do grupo, o que fortalece uma visão mais comunitária entre as mulheres, e não mais uma visão étnica tão marcada.

Em uma entrevista, o então Gestor de Crédito da organização traz o relato de desde o primeiro projeto:

[...] We traveled around, we introduced our program to everyone, we made house-to-house visits, we visit a lot of villages not just around Sarajevo, but other towns in other cantons. [...] Actually, in this program we are following the Grameen Bank model. We replicate that program, so solidarity group, and it is not just solidarity group of five, it is only settlement of centers. So if they organize group of 5, and they have 3-8 groups, it is establishment of center. (KUZCERA, 2004, p. 55)

Outro ponto que ele traz é a mistura étnica nos grupos, o que faz com que as mulheres passem a visualizar umas às outras não mais como “o outro lado”, mas uma parceira e semelhante. Ou seja, há a reconstrução de laços e no final das contas, da própria comunidade.

Pensando em como o projeto é configurado, ele se encaixa no tripé da justiça de transição trazido no capítulo anterior, ao reconhecer as mulheres como alvo de seu projeto e redistribuição dos recursos para os seus empreendimentos, fazendo então com que elas tenham a liberdade de decidir como investir esse subsídio, além da participação das mesmas em minicursos e workshops.

O funcionamento em grupos, centros, parece um pouco confuso, mas eles apresentam histórias de mudança para ilustrar, como é o caso de Zahida, uma mulher de 59 anos que, após viver 28 anos com um marido abusivo, se divorciou e foi morar junto com o seu filho em outro lugar. Ela conta que

When I joined Women for Women International, I was connected to a sponsor, and I sent her a bag, as a sign of my gratitude for the financial

support she was giving me. With that money, I could start making bags. I would buy a little bit of material and make a bag or two, and then sell them and buy more material, and things evolved from there. That was four years ago, and since then I've sold almost 2,000 bags [...]

As for the topics in the program, each of them was interesting in its own way. For example, learning about women's rights was stressful for me because I couldn't exercise my rights even though I knew very well what my rights were. It was good to have someone in the sessions continuously telling you "you are worth it," and "you know you can do it." Even though somewhere in the back of your mind, you know that really is the way things are, you need to have someone say it out loud, and when I finally heard it being said out loud and I was given the positive energy I needed in my life, it really helped me to change things.

I didn't know any of the women in my group when I started the training. And I only met them when I started the session. They were very interesting women. There was so much positive energy, so much laughter, and they also had a lot of stressful and difficult stories. That actually saddened me, but on the other hand, it also made me feel like I was not alone in my problems. There are also other women who have hard lives and problems very similar to mine, so I can relate to them (WOMEN FOR WOMEN, 2019).

O relato é ainda maior, mas o trecho escolhido foi para mostrar exatamente como funciona a atuação da organização: eles apresentam o conceito para as mulheres, as interessadas se organizam e submetem a proposta e, quando aceitas passam a se conectar com um doador, que pode mandar mensagens – ou não, como no caso de Zahida – e passam a ter treinamentos e acompanhamento psicológico, fortalecendo tanto o individual quanto o coletivo, já que as mulheres passam a se verem umas nas outras.

Outro ponto importante para pensar em como a atuação da WfW se relaciona com a justiça de transição é o apoio à organização das mulheres para realizarem mudanças em suas comunidades. Retomando a entrevista do Gestor de Crédito da organização, ele menciona que ao participarem da organização e fazendo suas próprias escolhas, como quem será a líder do grupo ou do centro, elas se empoderam para exigirem mudanças para as autoridades locais, como o reparo de uma rodovia ou a reforma de uma escola. Elas passam então a serem de fato líderes de suas comunidades. (KUZCERA, 2004)

Mas de onde vem o dinheiro? Como uma organização sem fins lucrativos, a WfW capta recursos através de doadores individuais do mundo todo, que pode ser uma doação única ou mensal, que pode ser somente com o envio do dinheiro ou através de um sistema de "apadrinhamento", em que o dinheiro doado é revertido

para uma mulher específica, a qual se comunica com você através de cartas e fotos, mostrando o seu desenvolvimento e o que é feito na comunidade apoiada, uma forma de criar um laço entre o doador e a mulher apoiada. Há também doações provenientes de fundações, que são relatadas anualmente no Relatório Anual, em que tanto os doadores individuais que contribuíram com mais de mil dólares no ano e empresas são citadas (WOMEN FOR WOMEN INTERNATIONAL, 2018)

A importância desses doadores e do fundo de microcrédito é justamente de dar oportunidade a essa larga quantidade de pessoas que não teriam acesso à empréstimos ou financiamentos em bancos tradicionais. Em 2008, somente 17% da população da Bósnia teria os critérios de acesso ao mercado bancário tradicional, ou seja mais de 80% precisa de alternativas de crédito como a do Grameen Bank (NAJDANOVIC, SIPIC, 2012).

## **2.2 Nem tudo é um mar de flores: a crítica ao microcrédito**

As críticas ao modelo implementado (não só na Bósnia, mas em outros países) será feita por diversos fatores. O primeiro deles é o cálculo custo-benefício, em que o valor ofertado para o empréstimo possibilitaria somente realizar pequenos empreendimentos, então aquelas que participaram do programa se engajariam com atividades ou de artesanato ou de agricultura de subsistência, pequenas vendas e prestação de serviços. Seguindo essa lógica, o modelo de microcrédito contrastava com o a ideia de que havia uma geração de mulheres que foram educadas a pensarem em outras carreiras profissionais que não essas, gerando uma frustração entre elas, que trabalhariam com menor retorno financeiro, sem tantas proteções trabalhistas e benefícios que um trabalho mais tradicional proveria. (CIPRUS, HUGHES, VUKOJEVIC, 2012)

A falta de compreensão e atenção às dimensões de gênero da pobreza, o acesso das mulheres aos recursos e a consequente incapacidade das mulheres pobres de se envolverem ou se beneficiarem de economias de escala prejudicam ainda mais a capacidade dos esquemas de microcrédito de abordar as causas estruturais da pobreza (que aumentaram com a guerra). Em geral, os empréstimos concedidos às mulheres são pequenos e as mulheres têm ainda menos acesso aos recursos. Seu acesso aos mercados também pode ser limitado pelo tempo disponível, dadas as outras responsabilidades e restrições sociais à mobilidade. Nesse ambiente, as

mulheres se envolvem principalmente em projetos de auto-emprego em pequena escala, o que significa que a posição das mulheres fora da economia formalizada é fortalecida ainda mais. Por sua vez, isso significa que a economia formal não incorpora uma perspectiva de gênero em seu funcionamento, aumentando ainda mais o fracasso em lidar com a pobreza ou a desigualdade de gênero (Idem).

Como as pequenas empresas de mulheres geralmente se baseiam no setor informal, que não é regulamentado, qualquer forma de proteção ou benefícios pertencentes às pessoas empregadas no setor formal (público, privado ou sem fins lucrativos) não estão disponíveis. Assim, as mulheres pobres muitas vezes trabalham muito longas horas e não têm acesso a férias remuneradas ou qualquer forma de seguro médico e social, e suas pequenas empresas raramente geram renda suficiente para atender a essas necessidades, efetivamente não permitindo que as mulheres saiam da pobreza (Idem).

Outro fator é o ambiente institucional em que o microcrédito foi introduzido no país não foi favorável ao sucesso da própria estratégia. Ele não convergia com as necessidades das mulheres, como maiores quantidades de capital inicial, assistência legal, suporte e treinamento técnico e um extensivo treinamento em gestão de negócios - isso nomeando alguns dos principais problemas. Esse déficit também é composto pelos valores sociais da era socialista pré-guerra, que tendia a pensar menos em competição e fortalecer a cooperação, e, em um ambiente pós-conflito com a economia inflada pelo período de reconstrução e presença de atores internacionais foi rapidamente substituída por economias independentes desesperadas pela sua sobrevivência na crise financeira global (Idem).

Ao longo do trabalho de Bateman, Sinkovic e Skare (2012), eles irão apresentar o que eles consideram como os principais problemas do modelo de microcrédito adotado na Bósnia. O primeiro ponto é a primitivização, desindustrialização e informalização dos empregos no país. A falta de um setor produtivo de PME<sup>8</sup> na Bósnia, combinado com uma expansão maciça de microempresas informais de baixa produtividade e formas de trabalho autônomo, são as duas reflexões óbvias desse processo de seleção adversa em ação. Pelo menos três trajetórias negativas estão envolvidas. Primeiro, os principais analistas

---

<sup>8</sup> PME = Pequena e Média Empresa

bancários previram que o setor emergente de PME se beneficiaria da entrada de bancos estrangeiros sendo que, na realidade, o setor de PMEs foi amplamente ignorado pelos bancos comerciais, a maioria dos quais considerou os pedidos de microcrédito muito mais lucrativos e menos arriscados no curto prazo. Além disso, avaliações póstumas de muitos programas internacionais bem divulgados e que seguiam a lógica dos financiadores, ostensivamente projetados para apoiar as PME, mostraram que a maioria dos programas realmente permitia - se não incentivava - como a opção mais fácil a criação de microempresas, e acabou, portanto, por apoiar ainda mais a proliferação das microempresas. O resultado abrangente desse aumento maciço da atividade de concessão de empréstimos de microcrédito no final dos anos 90 e início dos anos 2000 foi uma série crescente de microempresas, cuja grande maioria não operou / não opera na escala eficiente mínima ou quase na mesma escala. Ou seja, desde a compensação, um setor empresarial imensamente improdutivo foi construído na Bósnia pós-guerra (Idem).

Quanto ao aumento da informalidade, depois de um desejo inicial de fazer o contrário, o setor de microfinanças está quase totalmente envolvido no financiamento de atividades comerciais informais. Um dos benefícios tradicionais da formalização - melhor acesso ao crédito - simplesmente não tem significado na Bósnia, porque o microfinanciamento está disponível para qualquer indivíduo ou organização, independentemente da metodologia operacional ou da estrutura legal. O resultado foi que o setor informal na Bósnia no pós-guerra logo começou a se expandir como uma porcentagem do emprego total; por exemplo, passando de 37% já altos em 2001 para pouco mais de 42% em 2004. O rápido aumento da economia informal foi visto como um desenvolvimento negativo, mesmo pelo chefe do Banco Mundial na Bósnia (Idem).

Por fim, devido às altas taxas de juros e aos curtos períodos de pagamento, a ideia de financiar um negócio que possa querer trabalhar com base em alguma tecnologia ou inovação é completamente fantasiosa. Quase todas as microempresas apoiadas são unidades de baixo emprego de tecnologia, principalmente operações de pequeno volume de negócios com rotatividade rápida (por exemplo, pequenas lojas de varejo, bancas de rua, comerciantes de ônibus, lojas de fast food) (Idem).

O segundo ponto dos autores é que o gasto com consumo é o principal uso dos microcréditos. Isso quer dizer que, o movimento de microcrédito na Bósnia foi

fundado na visão de um indivíduo pobre estabelecendo uma pequena microempresa e escapando à pobreza (modelo do Greenbank, como foi mostrado na sessão acima), mas a verdade é um pouco diferente: as microfinanças apoiaram principalmente gastos de consumo que não poderiam ser financiados com recursos financeiros da renda do indivíduo. Isso ocorreu por que com seu sistema inovador, cada microcrédito exigia nada além de alguns documentos simples e as assinaturas de dois fiadores, logo então as IMFs começaram a acumular microcréditos domésticos, praticamente sem nenhuma preocupação com a missão original de financiar o desenvolvimento da empresa, ou o que poderia ser o eventual impacto econômico ou social dessa trajetória de microempréstimos. Em particular, as IMFs da Bósnia descobriram muito cedo que os microempréstimos domésticos são uma área de negócios altamente lucrativa e (pelo menos até 2009) também a área de negócios de menor risco. Inicialmente, assumiu-se muito amplamente que a maioria dos bósnios em situação de pobreza e sem emprego estava usando heroicamente um microcrédito para escapar de suas dificuldades através do trabalho independente. No entanto, os dados coletados na primeira grande pesquisa domiciliar do pós-guerra mostraram outra coisa; que os bósnios realmente usaram microempréstimos principalmente para apoiar gastos com consumo e outras necessidades não relacionadas a negócios (Idem).

A falta de demanda e o aumento da oferta acabaram sendo questões importantes de impacto negativo na Bósnia. Considerando o problema de falta de clientes primeiro. Um problema nas comunidades mais pobres da Bósnia é que a demanda sempre foi fraca, sugerindo que haveria claramente uma dificuldade real em apoiar a expansão maciça programada do setor de microempresas. No entanto, a recuperação da Bósnia até 2008 foi sempre frágil e irregular na melhor das hipóteses. A competição pelos mercados locais nunca foi outra coisa senão o que poderíamos descrever como feroz e cada vez mais acirrada na crise financeira global de 2008. Existem poucas barracas de rua, brechós, lojas de fast food, táxis e assim por diante, que uma localidade possa suportar antes que as margens de tais atividades sejam reduzidas a zero. Além disso, a demanda artificial criada por microempréstimos usados para gastos de consumo inevitavelmente começou a declinar e praticamente entrou em colapso a partir de meados de 2008 (Idem).

Já Pupavac (2005) vai trazer um relato pessoal de quando visitou o país e pode relatar como o microcrédito funcionava. Em vez de encontrar conselheiros que forneciam terapia às mulheres, foi recebida com uma amostra de maquiagem por uma 'revendedora da Avon' na Bósnia-Herzegovina. Anteriormente, essas atividades seriam consideradas suplementares, mas já em 2005 muitas famílias passavam a contar com elas como sua principal renda, dado o desemprego na Bósnia. Da mesma forma, os formuladores de políticas internacionais passavam a confiar cada vez mais nas microempresas como o núcleo de sua estratégia de emprego, por meio de organizações como *Zene za Zene*.

Dessa forma, em nome da promoção de "um mercado de trabalho mais flexível" e de "disposições de reforma que agora mantêm as mulheres fora do mercado de trabalho", as mulheres começam a perder a proteção de que desfrutavam anteriormente, como "licença de maternidade mais longa e proibições de realizar trabalho noturno. No entanto, as ONGs lideradas por mulheres criticaram as mulheres envolvidas na política por se concentrarem 'na legislação e nos direitos da maternidade como a questão mais importante das mulheres' e em cair em questões estereotipadas de mulheres, apesar da pertinência de defendê-las no contexto do pós-guerra.

Essa visão crítica combina com o momento em que o mundo se encontrava no período, em que a crise de instituições financeiras tomadas como estáveis abalou dos Estados Unidos ao mundo inteiro, principalmente levando em consideração a importância que a ajuda americana foi importante para a reestruturação da Bósnia, principalmente no governo Clinton (CHANDLER, 2000). Contudo, com o passar dos anos e o começo da reestruturação dos países - principalmente os que são grandes contribuintes para a ajuda humanitária - traz à tona o retorno dessas antigas pautas e teorias para superação não só de uma situação de conflito, mas também de pobreza, e que vão apontar que, por mais que tenha defeitos, os programas de microcrédito podem ser eficazes para dar oportunidades para mulheres (STAVREVSKA, 2018).

Nesse sentido, o que será contra-argumentado é que:

To the contrary, these undertakings can in fact contribute to women's empowerment, be it through them having a say in the decision-making process or their access to funds. In addition, motherhood itself can also have an emancipatory potential (De Alwis 1998, Jeffrey 1998, Helms

2003), which featured very prominently in the findings of this research too. Therefore, microfinance programmes that target women as a way of improving the family welfare, whether successful or not in achieving the goal of improved household wellbeing as a whole, offer an opportunity for women's agency to be exercised (Idem, p. 204-205)

Ou seja, por mais que tenha seus defeitos, ainda mais ao olhar no modelo como atores econômicos racionais, a estratégia de adoção de pequenos empréstimos para mulheres foi uma forma de mudar positivamente as suas vidas no geral, diminuindo a dependência e a visão do homem como provedor da casa (Idem.) Além disso, principalmente após os problemas no começo da década de 2010, a WfW passa a agir para além do microcrédito, aumentando o fornecimento de treinamentos de empoderamento de mulheres e meninas em suas comunidades. (WOMEN FOR WOMEN, 2019)

### **2.3. A economia e a Justiça de Transição - a justiça socioeconômica**

Uma característica que não pode ser esquecida do contexto pós-guerra da Bósnia - e que foi trazida como uma crítica ao microcrédito - é que não foi só um momento de transição da guerra para a paz, mas de sistemas econômicos. Até a implosão da guerra, a Bósnia fazia parte da Iugoslávia, país que era comunista (GLENNY, 2012). Dessa forma, a justiça de transição pensada para o contexto do país não pode ignorar a importância da justiça socioeconômica, que pode ser conceituada, de acordo com Daniela Lai (2009) de diversas formas. Enquanto na visão tradicional

A first group of authors, therefore, defines socioeconomic justice in terms of the remedy proposed for the crime—that is, economic or material compensation for a certain crime or injustice that was not necessarily economic. This is the traditional understanding underpinning the practice of reparations, defined as ‘compensation, usually of a material kind and often specifically monetary, for some past wrong’ (Torpey 2003, 3), commonly with the aim of recognizing the harm suffered, and promoting civic trust and solidarity (LAI, 2016, p.364)

Lai então vai trazer a ampliação do conceito de justiça proposta por Fraser - já visto no capítulo anterior - de adicionar as instâncias tanto de reconhecimento quanto redistribuição. A falta de justiça socioeconômica então é vista como enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, abordando exploração, marginalização econômica e privação. Sob esse ponto de vista, fazer justiça deveria envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, submeter



investimentos a decisões democráticas, ou transformar outras estruturas básicas econômicas. Essa forma de reestruturação voltada para a justiça social como redistribuição está, no entanto, em desacordo com a reestruturação neoliberal realizada como parte da justiça de transição pós-socialista da Bósnia e promovida pela intervenção internacional (Idem).

Nesse sentido, com as transições pós-socialistas que ocorreram no Leste Europeu, onde as mudanças foram promovidas por meio de uma abordagem de "terapia de choque", as reformas econômicas inspiradas nos princípios do consenso de Washington também foram realizadas na Bósnia. As medidas de peacebuilding entrelaçaram-se com a reforma neoliberal, promovendo a transformação através da estabilidade macroeconômica, a redução do papel do Estado, o aperto do espaço coletivo e público, a busca pela riqueza privada e a dependência da privatização e das exportações e investimentos estrangeiros para estimular crescimento econômico. (Idem)

Jansen (2006) constatou que o retorno para terra natal, no imaginário esperançoso da maioria dos bósnios, incluía não apenas moradias seguras, mas também ofertas de empregos estáveis e de bem-estar nas quais a intervenção internacional não se concentrava. Comparados aos formuladores de políticas internacionais, os bósnios possuíam uma concepção mais ampla de retorno que incluía recuperar outras características sociais e econômicas de sua vida que eram comuns durante o regime socialista. Sem provisões para a reintegração desses retornados à vida social e econômica, como a possibilidade de voltar aos seus antigos locais de trabalho, os programas de fomento ao retorno foram inevitavelmente enfraquecidos. (LAI, 2016)

A fim de aliviar as condições econômicas e ajudar o desenvolvimento local, algumas organizações e doadores internacionais começaram a oferecer meios econômicos de apoio aos repatriados, incluindo doações e empréstimos de microcrédito, sob o pressuposto de que oportunidades econômicas e atividade de mercado teriam um impacto positivo sobre os a reintegração social dos retornados (HAIDER, 2009). No entanto, o impacto de projetos semelhantes é contestado (PUPAVAC, 2006), como dito na sessão anterior.

O microcrédito foi prescrito então como uma cura confiável, *market-driven*, para o grande número de mulheres e homens empobrecidos que tentavam reconstruir suas vidas nas economias devastadas pela guerra da região. Muitas agências internacionais de desenvolvimento começaram a destacar o Grameen Bank como um exemplo do que seria possível na região em termos de redução da pobreza e empoderamento feminino (JOHNSON, 2005).

Os programas de microcrédito na área rural de Bangladesh visam predominantemente as mulheres porque a participação das mulheres no microcrédito não é apenas considerada um elemento essencial na redução da pobreza, mas também um meio de capacitar as mulheres de maneira a melhorar suas habilidades, capacidades e status (KARIM & LAW, 2013)

Ou seja,

For some women, loans did offer autonomy from abusive relationships and resources to use in improving their own wellbeing but ‘in many ways the programmes were reinforcing women’s responsibilities for household expenditure without enabling them to challenge unequal rights (JOHNSON, 2005, p. 228)

A popularidade do microcrédito como política de redução da pobreza e desenvolvimento foi, sem surpresa, uma característica impulsionada pelas três instituições de Washington DC mais intimamente envolvidas na promoção da orientação política neoliberal a partir da década de 1980: Banco Mundial, FMI e USAID (BATEMAN & CHANG, 2009). Ou seja, o microcrédito é uma forma não só de “superar” a guerra, mas de adoção de medidas características do sistema capitalista neoliberal, marcando a ruptura com o modelo socialista iugoslavo pré-conflito, em outras palavras

Nevertheless, especially in a context of a disappearing or a dysfunctional welfare state, women’s collective agency in the public and the political domain is in fact further circumscribed by the double-burden that comes with the kind of female microentrepreneurship that is promoted, and arguably possible. With that, if we put aside the more frequent outcome of furthered vulnerability of women through microloan-related risks, the declared goal of microfinance for women, from female empowerment is reduced to a depoliticized, atomised and mere economic, if that, survival. (STAVREVSKA, 2018, p.195)

## 2.4. Considerações Finais

No capítulo foi possível observar como que a organização Women for Women foi criada e se consolidou com o passar dos anos não só no território bósnio, mas em outros países que estão em processo de reconstrução do Estado após guerras. A forma de atuação da organização é através do fundo de microcréditos, inicialmente criado em Bangladesh e que durante o final dos anos 1990 e começo da década de 2000 foi visto como uma forma inovadora de se combater a pobreza. Tomando como um fato de que a pobreza atinge em sua maioria mulheres, o microcrédito do Women for Women é focado nas mulheres bósnias, que devem se organizar em grupos para terem acesso ao empréstimo.

Contudo, com o passar dos anos diversas críticas a esse modelo de apoio ao desenvolvimento foram surgindo, apontando que às vezes acabava por aumentar ainda mais a condição de pobreza daqueles que tomavam os empréstimos, além de não contribuir tanto quanto era esperado para a equidade de gênero, pois as mulheres continuavam em posições subordinadas.

Levando em consideração as críticas feitas, a WfW se reformula e passa a realizar ações para além dos microcréditos, criando oficinas e treinamentos com as mulheres, e no que Lin aponta, a redistribuição de renda é diretamente ligada ao conceito defendido por Fraser – e pela presente pesquisa – como um dos eixos necessários para uma justiça de gênero.

## Capítulo 3: Home is where the heart is - Srcem do Mira/Through Heart to Peace

### 3.1. Sobre a organização

A inicialmente chamada B&H Women<sup>9</sup> foi criada em dezembro de 1992 em Zagreb, capital da Croácia, por mulheres bósnias refugiadas, sendo a líder e grande representante até hoje Emsuda Mujagic<sup>10</sup>. No início de sua atuação no campo bósnio a organização tinha sede em Sanski Most, mas desde maio de 2001 tem a sua sede em Kozarac, que faz parte da municipalidade de Prijedor. (THROUGH HEART TO PEACE, 2019) Essa mudança é relevante se levar em conta que o município de Prijedor fica na República Srpska, área da Bósnia que após a guerra passou a ter maioria sérvia, e que as pessoas a retornarem para suas casas eram em grande parte bosniaks (HUNT, 2004). Com isso, o trabalho da organização em reconciliar os lados da guerra se mostra extremamente relevante e delicado, pois resgata memórias da guerra desde antes que ela tivesse terminado de fato. (SIVAC-BRYANT, 2016)

O Srcem do mira sempre existiu como um grupo de mulheres e ofereceu ajuda psicológica e material às mulheres vítimas de guerra, embora elas deixassem claro que haviam se organizado para se opor a todos os tipos de violações dos direitos humanos, não apenas contra as mulheres. Eles se formaram como uma ONG de mulheres porque eram principalmente mulheres em seus círculos de refugiados, os homens foram mortos ou foram lutar na guerra (HELMS, 2003)

Após a guerra, Emsuda voltou a Sanski Most com o marido, professor de escola primária; e ambos tiveram um papel importante na recuperação da escola primária de Kozarac durante o processo de retorno. Em 1998, a Srcem do Mira havia desenvolvido relações estreitas de trabalho com redes internacionais de mulheres. Quando uma dessas organizações internacionais se encontrou com

---

<sup>9</sup> O nome foi alterado para o atual “Through Heart to Peace” após a criação de um partido político com o mesmo nome da organização - B&h Women. (THROUGH HEART TO PEACE, 2019)

<sup>10</sup> Emsuda até hoje é o sinônimo da Srcem do Mira, e grande parte das ações da organização foram feitas ou lideradas por ela, principalmente no que concerne ao diálogo com os governos locais e mobilização das comunidades. Dessa forma, a justificativa para o aparecimento recorrente dela ao longo de todo o capítulo é devido a relevância que a pessoa teve nas ações tomadas pela organização, sendo a cabeça por detrás de tudo (HUNT, 2004).

Emsuda em Zagreb, em setembro de 1993, elas resolveram plantar uma árvore uma vez por ano em Kozarac, apesar das dificuldades de chegar lá durante a guerra. Este ritual foi expandido para se tornar uma conferência anual em Kozarac, que se tornou uma tradição local para a comunidade de retornados. Em 1994 e 1995, eles realizaram sua conferência em Sarajevo, numa época em que entrar e sair da cidade com um grande grupo de mulheres de meia idade e mais velhas era altamente arriscado<sup>11</sup> (SIVAC-BRYANT, 2016).

Antes do grande retorno da população, Srcem do Mira e Izvor, outra organização não-governamental que atuava na região, assumiram a liderança na organização de projetos para ajudar as mulheres a permanecerem socialmente ativas e autossuficientes enquanto estavam no limbo, esperando para voltar para casa. Através de doações estrangeiras, elas adquiriram máquinas de costura para montar uma pequena fábrica de roupas e um centro de treinamento para cabeleireiros. Elas organizaram redes de cuidado para idosos em casa e apoio médico para famílias pobres que não podiam pagar por despesas de viagem e médicas, além de apoiarem os gastos com materiais escolares e infantis. Quando as pessoas começaram a retornar, essas duas organizações acabariam se mudando para Kozarac e Prijedor para continuarem seus trabalhos. Porém, no momento crucial em que o retorno estava sendo negociado, Srcem do Mira desempenhou um papel importante na junção e reunião de famílias e mantendo suas motivações para retornar quando a situação parecia especialmente sombria no início de 1998. Elas organizaram reuniões sociais para discutir o medo e preocupações comuns sobre como as pessoas seriam capazes de sustentar a vida em uma região que claramente não as desejava e sem perspectivas econômicas concretas. Ao compartilhar e dar voz a essas ansiedades, elas foram capazes de encontrar soluções comuns, como a criação de uma cozinha móvel em Kozarac para aqueles que passavam os fins de semana limpando os escombros da casa e a vegetação selvagem que cresceu com o passar da guerra. (Idem)

Sendo assim,

---

<sup>11</sup> A República Srpska não abriu suas cidades até 1998, quando a pressão vinda do Office of the High Representative (OHR - instituição internacional ad hoc responsável pela supervisão da implementação dos aspectos civis do Acordo de Paz que encerrou a guerra na Bósnia e Herzegovina) e dos políticos locais aumentou (KUZCERA, 2004)

In the first years after return, the organization was involved in a wide range of issues from education to a crafts cooperative to various kinds of training. Now, Emsuda says, Srcem do Mira has reduced its projects, as other organizations have formed. “Now we mainly work with older women, in psycho-social activities. And we help younger women prepare to start a business. Other organizations that use the Kuća Mira<sup>12</sup> include sports groups, the cultural-artistic association, and the hunting club.” (LIPPMAN, 2012)

A Srcem do Mira teve uma grande influência no aumento e no incentivo de retornados, iniciando diversas reuniões e debates. Os debates incentivaram as pessoas não apenas a enfrentarem suas próprias angústias, mas também a encontrarem soluções comuns. Uma de suas maiores realizações foi a reabertura de escolas primárias na comunidade de repatriados, nas quais associações da sociedade civil em cooperação com os outros membros da MZ<sup>13</sup> desempenharam papel crucial. Nesse caso a comunidade teve grande sinergia: Os pais e os alunos foram organizados em seções e conselhos. Ambos os conselhos de pais e de alunos foram designados para liderar a ação de reabertura de escolas em Kozarac. As associações estavam juntas deles, mantendo um olhar atento sobre eles, protegendo seus direitos, informando-os sobre a legislação e suas possibilidades de ação em conformidade. As associações funcionavam como uma ponte entre as pessoas e a comunidade internacional, OHR e OSCE<sup>14</sup> (POROBIC, 2016)

### 3.2. A reconciliação

---

<sup>12</sup> Kuća Mira é o antigo prédio da escola primária que foi restaurado após ser destruído durante a guerra e hoje serve como um centro de atividades para organizações não-governamentais e atendimento de visitantes ou turistas (LIPPMAN, 2012)

<sup>13</sup> Mjesna zajednica - MZ (comunidade local) significa a classificação mais baixa quanto a autogovernança local na Bósnia e Herzegovina. Geralmente é composta de vários assentamentos, um único assentamento ou partes dele. Fornece instrumentos legais para que os cidadãos organizem / coordenem atividades em seu entorno imediato por meio da iniciação e participação em um fórum de debate local, construção de infraestrutura, cooperação com serviços sociais para apoiar os membros da comunidade socialmente vulneráveis, promoção do desenvolvimento, do esporte, e cultura na comunidade, além de representar os interesses de todos os cidadãos que vivem lá. De acordo com a legislação da Federação da Bósnia e Herzegovina - FBiH, a mjesna zajednica é uma entidade legal, enquanto na República Srpska não possui essa autoridade, de modo que um município / cidade é o nível mais baixo de autogovernança local (POROBIC, 2016)

<sup>14</sup> Organization for Security and Co-operation in Europe

Retomando o pensamento sobre a reconciliação, Karen Brounéus define como

Reconciliation does not mean avoiding accountability for the sake of truth, neither does it entail collective amnesia to avoid the risks of truth telling. It means finding a way to balance issues such as truth and justice so that the slow changing of behaviors, attitudes and emotions between former enemies can take place. It is the pragmatic work of building relationships and confidence that will hold for the pressures on Peace (BROUNÉUS, 2009, p. 205)

Já Lina Strupinskienė (2016), vai compilar mais de 60 definições acadêmicas do que é reconciliação, e vai entender que

[Absolute majority of the authors reviewed] think of reconciliation as repairing the relationships that have been damaged during the conflict or creating new positive relationships and ties of friendliness. The keywords of ‘restoring’, ‘repairing’, ‘rebuilding’ or ‘transforming’, ‘creating new’, ‘positive’, ‘harmonious’, ‘constructive relationships’ based on ‘trust’, ‘respect’ and ‘mutual acknowledgement’ were used in 34 out of 58 definitions analyzed. It is a very demanding understanding of reconciliation, requiring active commitment from the reconciling communities, and, naturally, a great deal of time. (STRUPINSKIENĖ, 2016, p. 9)

O texto da última mencionada é relevante pois utiliza exatamente o caso de Prijedor como o foco de análise de um sucesso nas mais diferentes definições de reconciliação. Isso porque imediatamente após a guerra, Prijedor era um caso complicado na República Srpska/Bósnia e Herzegovina. Ela continuava a ser governado pela antiga elite política responsável pelas campanhas de limpeza étnica que obstruíam a implementação dos Acordos de Paz de Dayton e se opunham aos retornos dos não-sérvios (BELLONI, 2005). Como mencionado anteriormente, dos cerca de 50.000 não-sérvios que moravam no município antes da guerra, restavam apenas alguns milhares e havia pouca esperança de que os outros retornassem. As casas anteriormente habitadas por bósnios e croatas haviam sido destruídas e refugiados sérvios que fugiam de outras partes do país habitavam aquelas que ainda estavam de pé. No entanto, contra todas as probabilidades, o processo de retorno avançou lentamente e Prijedor se orgulha de ter uma das taxas de retorno de grupos minoritários mais altas do país<sup>15</sup>; em 2005 já havia reconstruído mais de 60% das

<sup>15</sup> Há críticas para essa visão tão positiva de Prijedor como a cidade da reconciliação, como aponta Dowling (2013), que vai dizer que ainda há uma forte desconfiança entre os grupos, além da canibalização das organizações não governamentais dentro da cidade, que se subdividem em grupos como “sobreviventes de guerra”, “familiares de desaparecidos”, etc, e que vão disputar por grants e financiadores, que começam a escassear, principalmente após a crise de 2008. Por

instalações destruídas<sup>16</sup>, em comparação com 17% em Srebrenica e 13% em Foča (STRUPINSKIENĚ, 2016). Mais de 97% da propriedade privada foi devolvida com sucesso a seus proprietários anteriores em Prijedor, o que é 5% mais que a média nacional na Bósnia e Herzegovina (BELLONI 2005). Além disso, de acordo com a pesquisa realizada por John O’Loughlin (2010) Prijedor possuía no começo da década de 2010 uma das maiores taxas de amizade interétnica, o que significa que os cidadãos de Prijedor exibem uma confiança interétnica mais alta do que outras comunidades da Bósnia. Portanto, Prijedor – e as ações geradas pela organização de mulheres – demonstram uma capacidade ímpar de reconciliação no terreno (STRUPINSKIENĚ, 2016)

Nesse sentido,

Prijedorians talked about the necessity to deal with the past openly and constructively in order to move forward and rebuild trust that has been shattered. This acknowledgement of the past was especially important to the survivors of crimes or those who have lost their close ones. For example, a Bosniak returnee recounted one of the first joint workshops organized for women of Prijedor: ‘When I looked at them [Serb women], I realized that I know most of them, I didn’t hate them, but somehow I didn’t want to get closer... but we were sitting in a circle and we had to talk. I turned to a lady next to me and I said – do you know that my parents were killed. She said – I know and I’m sorry. That was enough, it was important for me. (STRUPINSKIENĚ, 2016, p. 20)

O que vai ser apontado com a entrevista feita por Hunt (2004) é que, mesmo ainda com as lembranças do período em que viveu em um dos campos de concentração em Prijedor, Emsuda e outras mulheres serão capazes de se mobilizarem e tentar se reaproximar dos vizinhos, sendo os centros comunitários, treinamentos, acampamentos jovens e times de futebol<sup>17</sup>, evitando criar grandes distinções étnicas, fazendo com que as linhas imaginárias (STRUPINSKIENE, 2016) fossem mais finas, fortalecendo a comunidade no geral.

---

fim, aponta também o impasse na construção do memorial de Omarska como um indício de que, ao menos no âmbito da política municipal, as tensões ainda não se dissiparam completamente.

<sup>16</sup> Ainda que no texto de Sivac-Bryant (2016), a líder da Srcem do Mira, Emsuda, aponte que as reconstruções das casas destruídas pela guerra não são feitas de forma correta, diminuindo o tamanho original das moradias ou utilizando materiais baratos e de baixa qualidade.

<sup>17</sup> O futebol já era considerado um esporte importante para a cultura iugoslava e balcânica mesmo antes das guerras da década de 1990, havendo o caso das torcidas organizadas na Croácia como exemplo de exarcebação do nacionalismo (GASSER & LEVINSEN, 2004). Com isso, trazer o futebol como instrumento de união se mostra uma forma eficaz por considerar as características locais e por utilizar as tensões do esporte – como a competitividade, as atividades ao ar livre, e encontros culturais – a favor da reconciliação (LEVINSEN, 2009)



### 3.3. Uma perspectiva de gênero sobre a reconciliação

A visão de como gênero performa na lógica do pós-conflito será diferente entre as organizações de mulheres, sendo algumas mais progressistas e outras com viés mais tradicional. A Srcem do Mira diz a todo o tempo que está trabalhando pelos direitos das mulheres, mas ao examinar suas atividades e declarações, fica claro para Helms (2003) que as mulheres da organização vêem isso mais como uma luta para garantir os direitos das mulheres dentro de papéis definidos patriarcalmente e que esses mesmos papéis sejam respeitados e valorizados. Os essencialismos afirmativos de gênero se encaixam nessa posição com bastante facilidade. Essas mulheres não classificaram suas atividades como políticas, mas como humanitárias, uma categoria entendida como apolítica. Elas se retrataram trabalhando dentro do círculo das mulheres, em vez de "se intrometer" no mundo masculino da política. Almasa, da Srcem do Mira, opôs as atividades "humanitárias" de seu grupo ao que ela disse ser a natureza mais "política" das ONGs sérvias que operam em sua área (Idem).

Grupos "políticos" eram, na visão dessas mulheres, em sua formulação, moralmente suspeitos. Ao longo da entrevista realizada por Helms à essas lideranças, ela questiona o motivo do grupo só trabalhar com mulheres, no que a líder responde "Because we are women. If we tried to talk to the men there [in our towns] then it would be political." Male activity is, in this formulation, political, while female activity is not" (HELMS, 2003, p.25).

Essa abordagem é tanto conservadora quanto ao gênero, colocando as mulheres fora da esfera política masculina, mas também de certa forma eficaz, precisamente porque as mulheres são vistas como menos ameaçadoras, e porque elas realmente não têm poder na esfera política formal. As mulheres foram capazes de contornar silenciosamente os holofotes, sem colocar a reputação pública de oficiais (homens) diretamente em risco. De fato, desde 1998, Srcem do Mira tem sido fundamental para o restabelecimento de uma comunidade viável bosniac em Kozarac e nos arredores, que agora fica na República Srpska. As relações étnicas estão longe de serem tranquilas, mas seu objetivo de retorno foi alcançado contra fortes probabilidades e elas continuam a pressionar com sucesso por melhorias em sua comunidade. (Idem)

Como as causas da violência contra as mulheres, particularmente durante o período pós-conflito, emanam diretamente da esfera política - e as relações de poder de gênero são uma construção política - a arena que os mecanismos da JT buscam abordar precisa ser expandida além da atual que privilegia uma noção patriarcal do que é "político". Assim como as autoras feministas têm se esforçado ao longo dos anos para quebrar a falsa dicotomia público / privado, que entrincheira e torna invisíveis estruturas de opressão maiores, da mesma forma, as falsas distinções de conflito / pós-conflito e criminal / político implicitamente enraizadas nas políticas de justiça de transição devem ser igualmente abordadas (VALJI, 2009). Dessa forma, a reavaliação de noções-chave de verdade, justiça e reconciliação a partir de uma perspectiva de gênero, sem dúvida, complica o campo da justiça de transição ao desestabilizar as principais premissas. Contudo, também leva a perguntas diferentes, a informações diferentes sendo coletadas e, portanto, a um quadro mais completo criado, que pode informar políticas que promovam uma agenda de transformação, em vez de políticas que reforçam relações desiguais de poder (Enloe 2014). A incorporação da análise de gênero na pesquisa fornecerá uma imagem mais precisa ao estabelecer mecanismos de TJ, além de contribuir para uma avaliação mais completa desses mecanismos e políticas. (VALJI, 2009)

#### **3.4. O que é possível entender – ou conciliar - da experiência em Prijedor**

A organização estudada no capítulo é não somente um dos rostos da comunidade em que trabalha, mas das pessoas que estão por detrás dela. Entender a história de Emsuda é importante para compreender como que a organização se desdobra em suas atividades e como que consegue se articular dentro da comunidade.

O caso de Prijedor se relaciona não só com a visão mais tradicional de justiça de transição, por lidar com casos que vão a julgamento, mas também com o modelo de Fraser rerepresentado por O'Reilly no que concerne o reconhecimento, no caso das vítimas e deslocados, e como que eles se readaptarão às cidades que tiveram que abandonar durante a guerra. Dessa forma, é possível observar as dificuldades da reconciliação, ainda mais quando se coloca a questão do gênero na balança, com as mulheres ao retornarem tendo que reviver as memórias do período da guerra, e tendo que reconstruir suas vidas.

## 4. Conclusão

Ao longo da pesquisa foram apontadas formas de se abordar a justiça de transição não necessariamente através dos tradicionais tribunais, mas com iniciativas locais e que tenham como principal característica uma perspectiva de gênero. Essas organizações ao fortalecerem as mulheres fortalecem a própria comunidade, que, em conjunto, começa a construir novas histórias, sem apagar o passado, e sim criando entendimentos comuns e narrativas aproximadas do que aconteceu durante o período de conflito.

Seja pela abordagem econômica da Women for Women, que vai adaptar o modelo – duramente criticado ao longo das últimas duas décadas – do Green Bank de Bangladesh à realidade das mulheres bósnias, de forma a redistribuir a renda da população, ainda que em uma pequena escala, passando assim pelo eixo de redistribuição de Fraser e O'Reilly. Seja também pela abordagem da Srcem do Mira, que por sua vez trabalha com os eixos de reconhecimento e representação, colocando a população como um todo afetada pela guerra para dialogar, mas tendo uma acolhida especial às mulheres que foram deslocadas durante a guerra, de forma que elas possam retornar de forma segura às suas cidades de origem – e segurança não só no sentido de violência física, mas de garantia de direitos à propriedade, à educação, lazer e ao emprego.

Sendo assim, o tripé da justiça de transição tendo uma perspectiva de gênero é trazido justamente pelas organizações de base lideradas por mulheres, e não necessariamente pelos órgãos internacionais e pelas instituições tradicionais políticas, que, como visto ao longo de toda a pesquisa, ainda é um ambiente masculinizado.

Dessa forma, a Justiça de Transição só consegue ser efetiva se escutar as mulheres e outros grupos minoritários. As ações sem eles tendem a não ter bons resultados tanto político quanto economicamente - visto as marchas de 2014. Sendo assim, apoiar as iniciativas das mulheres e darem voz às suas demandas pode ser um caminho para uma sociedade mais justa após um conflito que marca a sociedade bósnia desde 1992.

## Referências Bibliográficas

ALLEN, Beverly. *Rape Warfare: The Hidden Genocide in Bosnia-Herzegovina and Croatia*. Minneapolis: University Of Minesota Press, 1996.

BATEMAN, Milford; CHANG, Ha-joon. The Microfinance Illusion. *Ssrn Electronic Journal*, [S.I.], 2009. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2385174>.

BATEMAN, Milford; SINKOVIC, Dean; SKARE, Marinko. The contribution of the microfinance model to Bosnia's post-war reconstruction and development: How to destroy an economy and society without really trying. *Austrian Foundation For Development Research (Öfse)*, Vienna, n. 36, nov. 2012. Disponível em: <[http://www.oefse.at/Downloads/publikationen/WP36\\_microfinance.pdf](http://www.oefse.at/Downloads/publikationen/WP36_microfinance.pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2019.

BELLONI, Roberto. Peacebuilding at the local level: Refugee return to Prijedor. *International Peacekeeping*, [s.l.], v. 12, n. 3, p.434-447, out. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13533310500074531>.

BERRY, Marie E.. *War, Women and Power: From Violence to Mobilization in Rwanda and Bosnia-Herzegovina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BROUNEUS, Karen. Reconciliation and Development. In: AMBOS, Kai; LARGE, Judith; WIERDA, Marieke (Ed.). *Building a Future on Peace and Justice: Studies on Transitional Justice, Peace and Development The Nuremberg Declaration on Peace and Justice*. [s.i.]: Springer-verlag Berlin Heidelberg, 2009. p. 203-216.

CHANDLER, David. *Bosnia: Faking Democracy After Dayton*. 2. ed. London: Pluto Press, 2000.

CHARLESWORTH, Hilary. Feminist Methods in International Law. *The American Journal Of International Law*, [s.l.], v. 93, n. 2, p.379-394, abr. 1999. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2997996>.

DEIANA, Maria-adriana. *Gender and Citizenship: Promises of Peace in Post-Dayton Bosnia-Herzegovina*. Manchester: Palgrave Macmillan, 2018. (Rethinking Peace and Conflict Studies). Editor da Série: Oliver P. Richmond.

DOWLING, Julia. *Facing the Past in Prijedor: A Case Study of Local Transitional Justice Initiatives*. 2013. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de European Regional Master's Degree In Democracy And Human Rights In South East Europe, University Of Sarajevo, Sarajevo, 2013.

ELSHTAIN, Jean Bethke. Woman, the State, and War. *International Relations*, [s.l.], v. 23, n. 2, p.289-303, jun. 2009. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0047117809104640>.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 2. ed. Berkeley e Los Angeles: University Of California Press, 2014.

FREITAS, Wesley R S; JABBOUR, Charbel J C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 18, n. 2, p.07-22, 2011. Disponível em: <<https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.12a%20estudo%20de%20caso.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

GASSER, Patrick K.; LEVINSEN, Anders. Breaking Post-War Ice: Open Fun Football Schools in Bosnia and Herzegovina. *Sport In Society*, [s.l.], v. 7, n. 3, p.457-472, set. 2004. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1743043042000291730>.

GLENNY, Missha. *The Balkans: Nationalism, War, and the Great Powers 1804 – 2012*. Toronto: House of Anansi Press Inc. 2012.

HAIDER, Huma. (Re) Imagining Coexistence: Striving for Sustainable Return, Reintegration and Reconciliation in Bosnia and Herzegovina. *International Journal of Transitional Justice* v.3, n.1, p.91– 113, 2009.

HELMS, Elissa. *Innocence and Victimhood: Gender, Nation, and Women's Activism in Postwar Bosnia-Herzegovina*. Madison: The University Of Wisconsin Press, 2013.

HELMS, Elissa. The gender of coffee. *Focaal*, [s.l.], v. 2010, n. 57, p.17-32, 1 jun. 2010. Berghahn Books. <http://dx.doi.org/10.3167/fcl.2010.570102>.

HELMS, Elissa. Women as agents of ethnic reconciliation? women's ngos and international intervention in postwar bosnia–herzegovina. *Women's Studies International Forum*, [s.l.], v. 26, n. 1, p.15-33, jan. 2003. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395\(02\)00352-7](http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395(02)00352-7).

HUNT, Swanee. *This was not out war: Bosnian Women Reclaiming the Peace*. Durham & London: Duke University Press, 2004.

ICTJ. *What is Transitional Justice?* 2019. Disponível em: <<https://www.ictj.org/about>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

JANSEN, Stef. *The Privatisation of Home and Hope: Return, Reforms and the Foreign Intervention in Bosnia and Herzegovina*. *Dialectical Anthropology*, v.30, n.3, p.177–199. 2006.

JOHNSON, Susan. Gender Relations, Empowerment and Microcredit: Moving on from a Lost Decade. *The European Journal Of Development Research*, [s.l.], v. 17, n. 2, p.224-248, jun. 2005. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1080/09578810500130831>.

KARIM, K.m. Rabiul; LAW, Chi Kong. Gender ideology, microcredit participation and women's status in rural Bangladesh. *International Journal Of Sociology And Social Policy*, [s.l.], v. 33, n. 1/2, p.45-62, 22 fev. 2013. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/01443331311295172>.

LAI, Daniela. Transitional Justice and Its Discontents: Socioeconomic Justice in Bosnia and Herzegovina and the Limits of International Intervention. *Journal Of Intervention And Statebuilding*, [s.l.], v. 10, n. 3, p.361-381, 2 jul. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17502977.2016.1199478>.

LAWTHER, Cheryl; MOFFETT, Luke. Introduction – Researching transitional justice: The highs, the lows and the expansion of the field. In: LAWTHER, Cheryl; MOFFETT, Luke; JACOBS, Dov (Ed.). *Research Handbook on Transitional Justice*. Cheltenham, Uk & Northampton, Ma, Usa: Edward Elgar Publishing, 2017. p. 1-10.

LEVINSEN, Anders. 13. Inter-Ethnic Football in The Balkans: Reconciliation and Diversity1. *Sport, Ethics And Philosophy*, [s.l.], v. 3, n. 3, p.346-359, dez. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17511320902982600>.

LIPPMAN, Peter. *Bosnia-Herzegovina Journal #6*: Krajina - Kozarac, Prijedor. Nov. 2012. Disponível em: < <http://balkanwitness.glyphx.com/journal2012-6.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MCEVOY, Kieran; MCGREGOR, Lorna (Ed.). *Transitional Justice from Below: Grassroots Activism and the Struggle for Change*. Portland: Hart Publishing, 2008.

NESIAH, Vasuki. Introduction: Proceedings of the Annual Meeting (American Society of International Law). *American Society Of International Law*, Washington DC, v. 103, p.67-70, mar. 2009.

O'LOUGHLIN, John. *Inter-ethnic friendships in postwar Bosnia-Herzegovina: Socio-demographic and place influences*. In: *Ethnicities*, v. 9, p. 26-54. 2010.

OMANOVIC, Vahidin. *The Role of the Project Diacom in Reconciliation in Bosnia*. Brattelboro: Capstone Collection 181, 2003.

ONU. *What is Peacekeeping*. 2018. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>>. Acesso em: 10 out. 2018.

O'REILLY, Maria. *Gendered Agency in War and Peace: Gender Justice and Women's Activism in Post-Conflict Bosnia-Herzegovina*. London: Palgrave Macmillan, 2018. (Rethinking peace and conflict studies). Editor da Série: Oliver P. Richmond.

O'ROURKE, Catherine. Transitional justice and gender. In: LAWOTHER, Cheryl; MOFFETT, Luke; JACOBS, Dov (Ed.). *Research Handbook on Transitional Justice*. Cheltenham, Uk & Northampton, Ma, Usa: Edward Elgar Publishing, 2017. p. 117-141.

POROBIČ, Selma. Bosnian 'Returnee Voices' Communicating Experiences of Successful Reintegration. The Social Capital and Sustainable Return Nexus in Bosnia and Herzegovina. *Südosteuropa*, [s.l.], v. 64, n. 1, p.5-26, 1 jan. 2016. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/soeu-2016-0002>.

POTTER, Michael; ABERNETHY, Hedley. What About the Women?: Transitional Justice and Gender in Bosnia and Herzegovina and Northern Ireland. In: SIMIC, Olivera; VOLCIC, Zala (Ed.). *Transitional Justice and Civil Society in the Balkans*. New York: Springer, 2013. p. 163-180.

PUPAVAC, Vanessa. Empowering women? an assessment of international gender policies in Bosnia. *International Peacekeeping*, [s.l.], v. 12, n. 3, p.391-405, out. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13533310500074507>.

PUPAVAC, Vanessa. Empowering Women? An Assessment of International Gender Policies in Bosnia. In: CHANDLER, David (Ed.). *Peace without Politics? Ten Years of International Statebuilding in Bosnia*. Londres: Routledge, 2006, p.85–99.

QUINN, J. R. *Reconciliation(s) : Transitional Justice in Postconflict Societies*. Montréal: MQUP, 2009. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=nlebk&AN=404821&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

REHN, Elisabeth; SIRLEAF, Ellen Johnson. *Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace-building*. New York: United Nations Development Fund For Women (unifem), 2002.

RIEFF, David. *Slaughterhouse: Bosnia and the Failure of the West*. New York: Touchstone, 1996.

SIMIĆ, Olivera; VOLČIČ, Zala. Localizing Transitional Justice: Civil Society Practices and Initiatives in the Balkans. In: SIMIĆ, Olivera; VOLČIČ, Zala (Ed.). *Transitional Justice and Civil Society in the Balkans*. New York: Springer, 2013. p. 1-16.

SIVAC-BRYANT, Sebina. *Re-Making Kozarac: Agency, Reconciliation and Contested Return in Post-War Bosnia*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

SKJELSBÆK, Inger. *The political psychology of war rape: studies from Bosnia and Herzegovina*. London And New York: Routledge, 2012.

STAVREVSKA, Elena B.. The Mother, the Wife, the Entrepreneur? Women's Agency and Microfinance in a Disappearing Post-Conflict Welfare State Context. *Civil Wars*, [s.l.], v. 20, n. 2, p.193-216, 3 abr. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13698249.2018.1498217>.

STRUPINSKIENĖ, Lina. “What is reconciliation and are we there yet?” Different types and levels of reconciliation: A case study of Bosnia and Herzegovina. *Journal Of Human Rights*, [s.l.], v. 16, n. 4, p.452-472, 11 ago. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14754835.2016.1197771>.



THROUGH HEART TO PEACE. *About Us*. Disponível em: <<http://adis79202.tripod.com/id1.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

TURNER, Catherine. *Violence, Law and the Impossibility of Transitional Justice*. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2016

UNPBF. **What is Peacebuilding?** 2012. Disponível em: <<http://www.unpbf.org/application-guidelines/what-is-peacebuilding/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

VALJI, Nahla. Gender Justice and Reconciliation. In: AMBOS, Kai; LARGE, Judith; WIERDA, Marieke (Ed.). *Building a Future on Peace and Justice: Studies on Transitional Justice, Peace and Development* The Nuremberg Declaration on Peace and Justice. [s.i.]: Springer-verlag Berlin Heidelberg, 2009. p. 217-236.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a Justiça Transicional em Sociedades Pós-Conflito. *Revista Anistia: Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça, v. 1, n. 1, p.32-55, jan./jun. 2009.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Socerj: Pedagogia Médica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, p.383-386, set.-out 2007. Bimestral.

WOMEN FOR WOMEN. *My Name is Zahida*. 2019. Disponível em: <<https://www.womenforwomen.org/stories/my-name-zahida>>. Acesso em: 13 set. 2019.

WOMEN FOR WOMEN INTERNATIONAL. *2018 Annual Report*. 2018. Disponível em: <<https://www.womenforwomen.org/sites/default/files/2019-06/WfWI%202019%20Annual%20Report.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNUS, Muhammad. *The Grameen Bank: A small experiment begun in Bangladesh has turned into a major new concept in eradicating poverty*. *Scientific American*, v. 11, p. 114-119, nov. 1999.

ZVIZDIĆ, Memnuna; STANIĆ, Aleksandra. Bosnia and Herzegovina. In: ODANOVIĆ, Gorana; GAJIĆ, Sonja Stojanović (Ed.). *Women, Peace and Security in the Western Balkans: Independent review of translation of UNSCR 1325 into policy in Albania, Bosnia and Herzegovina, Kosovo, Macedonia and Serbia*. Belgrado: Belgrade Centre For Security Policy, 2013. p. 59-73.